

Ano 2, Vol IV, Número 1, Jan-Jun, 2019, p. 42-57.

DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA PROFISSÃO FEMINIZADA?

TEACHING IN BIOLOGICAL SCIENCES IN THE STATE OF RONDÔNIA: A FEMINIZED PROFESSION?

Patrícia Guedes Nogueira

Renato Abreu Lima

Luís Alberto Lourenço de Matos

RESUMO: Em meados do século XIX a docência passou a adquirir um caráter eminentemente feminino, estando à maioria dos estudos voltados para a questão do magistério. Dessa forma, tomamos como foco a docência em Ciências Biológicas, que habilita o(a) profissional para atuar no Ensino Fundamental e Médio com objetivo de identificar se a mesma está feminizada no Estado de Rondônia. Assim, foi utilizada a pesquisa documental para levantamento de dados de gênero de professores(as) por meio da documentação fornecida pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), dados dos concluintes do curso de Ciências Biológicas em uma instituição privada e edital do último concurso público para professor(a) classe C realizado no Estado. Os dados obtidos nos permitem concluir que semelhante à docência feminizada do magistério, também pode estar caminhando a docência em Ciências Biológicas no Estado.

Palavras-chave: Feminização. Docência. Levantamento.

ABSTRACT: In the mid-nineteenth century, the teaching went on to acquire an eminently feminine character, with the majority of studies focused on the issue of teaching. Thus, one takes focused on teaching in life sciences, which enable (a) professional to work in primary and secondary education in order to identify whether it is feminized in the state of Rondônia. Thus, we used the documentary research to survey teachers gender data (as) through the documentation provided by the State Department of Education (SEDUC), data were graduating in biological sciences at a private institution and the latest tender notice for teacher (a) class C held in the state. The data obtained allow us to conclude that such a feminized teaching of the Magisterium, also walks teaching in life sciences in the state.

Keywords: Feminization. Teaching. Lifting.

Introdução

A docência feminina surge em meados do século XIX no Brasil e em outros países ocidentais como reflexo das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em decorrência do avanço do capitalismo industrial que acaba por reconfigurar a hierarquia das profissões (CHAMOM, 2006; VIANNA, 2001).

Antes disso, a mulher vivia sob imposições masculinas tendo inclusive, sido privada de ministrar e assistir aulas. A educação era destinada apenas aos homens, estando a educação feminina resumida a transformar as mulheres em esposas e mães perfeitas, limitando seu papel social ao lar e à maternidade (ROSA, 2011).

Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro (LOURO, 2001).

Nesse sentido, Rosa (2011) ainda destaca que as primeiras mulheres a lecionar no país pertenciam às famílias burguesas, tendo sido expandido esse direito às demais mulheres, ou seja, de classes sociais mais baixas, em razão da proposta de progresso que preconizava estender a educação para toda a população no Brasil.

A gradativa evasão de professores do sexo masculino do magistério público primário em razão da falta de prestígio e baixos salários bem como os apelos do discurso oficial sobre a “vocação” feminina para educar, fez com que a mulher fosse chamada para lecionar “em nome de suas qualidades morais superiores, para ocupar esse campo de trabalho abandonado” (CHAMOM, 2006, p. 9).

Desse modo, no final do século XIX, pouco a pouco os homens v o abandonando as salas de aula no ensino primário, e as escolas normais v o formando mais e mais mulheres. Essa característica mant m-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econ micas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país (VIANNA, 2001).

Nesse sentido, Freire (2011, p. 247) afirma que em 1874, iniciava-se o processo de feminiza o do magistério, graças à presença majoritária de mulheres nas escolas normais. Ou seja, inicialmente o magistério era uma profissão masculina, mas com o passar do tempo o ofício foi transferido às mulheres que na época buscavam alternativas de inser o social. Conforme afirmam Melnikoff; Silva (2001, p.

7) o magistério era “a profissão mais próxima e acessível para a maioria das mulheres brasileiras, além de ser o único trabalho considerado digno para elas [...]”.

Além dos ideais republicanos os impedimentos morais da época também foram fatores relevantes no processo de inserção em massa das mulheres na docência. A necessidade de professoras para reger classes femininas se deu pelo fato de se considerar “inadequado que as meninas fossem educadas pelos professores homens” (CUNHA, 2012).

Atualmente, para atuar na educação infantil e nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 é preciso que os/as profissionais possuam formação superior. Embora haja essa recomendação, o curso de magistério ainda é aceito na educação infantil e anos iniciais. O curso superior de pedagogia por sua vez, habilita professores(as) para atuar com o mesmo público, sendo considerado hoje, também, como um espaço feminino.

Diante desse contexto histórico, socioeconômico e cultural, é que surge o fenômeno conhecido como feminização que se inicia com o magistério e acaba por atingir outras modalidades de ensino (VIANNA, 2001). Esse processo segundo Hypólito (1997) aconteceu no Brasil de forma semelhante à de outros países ocidentais. “[...] Tendo se manifestado desde a segunda metade do século XIX.” (CHAMOM, 2006, p. 2).

Nesse sentido, concordamos que “pensar sobre a feminização da docência é fundamental, pois possibilita um olhar sobre a mulher trabalhadora assim como sob as bases históricas que constituem a profissão docente” (BITTENCOURT; BELADELLI; ORO, 2013, p. 2).

Sabendo que as “questões de gênero e sexualidade vêm ganhando lugar nas análises e pesquisas educacionais” (LOURO; MEYER, 2001, p. 513) e que o processo de feminização reflete-se na educação básica nos dias atuais, questiono: O que dizer então das demais licenciaturas (O estudo aborda outras licenciaturas que não Ciências Biológicas? Se não, não vejo sentido nessa questão. Sugestão: retire-la) Em especial, a de ciências biológicas que habilita o (a) docente para atuar no Ensino Médio e Fundamental (anos finais). Estaria essa feminizada? O que apontam os dados do Estado de Rondônia?

Assim, através desse estudo pretende-se identificar como se apresenta a presença feminina na docência em Ciências Biológicas na rede estadual de Ensino (público, privado ou ambas?) em Rondônia, buscando trazer algumas reflexões a respeito do processo de feminização e a influência das relações de gênero na escolha pelo curso.

Material e Métodos

Para discutir se existe influência das relações de gênero na escolha pelo curso de Ciências Biológicas, foi feita uma pesquisa documental, que analisou o número de concluintes, por sexo, do curso de graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura e bacharelado) em uma instituição privada de Porto Velho-RO. Em seguida, com vistas a discutir o processo de feminização da profissão docente em Ciências Biológicas foi realizada uma consulta a fontes estatísticas disponíveis no Núcleo de Apoio aos Municípios (NAM), referentes ao número de professores/as de biologia em exercício no ano de 2013 e editais de concurso público professor classe C.

Os dados coletados na instituição privada foram obtidos juntamente à Secretaria Geral, que disponibilizou a consulta às atas de colação de grau dos anos de 2010 a 2014. Os demais dados, relativos ao número de professores/as foram fornecidos pela gerência de recursos humanos da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC).

Resultados e Discussão

Não resta dúvida que a entrada das mulheres nas instituições de ensino representa grandes mudanças nas relações de gênero. O aumento do número de mulheres na educação superior acaba por tornar equitativa a participação das mulheres nos cursos de graduação antes considerados majoritariamente masculinos.

Sabendo que as relações de gênero influenciam na escolha de cursos superiores, a Tabela 1, a seguir, apresenta dados que constata quantitativamente a um possível processo de feminização do curso de Ciências Biológicas em uma Instituição privada de Ensino Superior em Porto Velho/RO.

Tabela 1 - Distribuição do contingente de concluintes por sexo do curso de Ciências Biológicas, em uma instituição privada de Porto Velho-RO. Por que se escolheu esse “recorte de tempo”? Se considerarmos anos anteriores, o cenário se mantém?

Semestre /Ano	Feminino	Masculino
	N%	N%
1/2010	74	26
2/2010	84	16
1/2011	65	35
2/2011	68	32
1/2012	77	23
2/2012	71	29
1/2013	78	22
2/2013	82	18
1/2014	78	25
2/2014	82	18
Total	76	24

Fonte: Secretaria Geral (2015)

Conforme apontam os dados cadastrais do e-MEC (2015) o curso de Ciências Biológicas é ofertado em modalidade presencial no Estado de Rondônia, por nove instituições. Dessas, apenas duas são federais. A instituição investigada oferta o curso de Ciências Biológicas, em modalidade presencial, nível de bacharelado ou licenciatura. Porém, cabe ressaltar que os anos investigados conferiram aos/as formados/as o grau acadêmico de bacharéis e licenciados/as respectivamente.

No que diz respeito ao número de concluintes, observa-se na Tabela 1, que a porcentagem total de mulheres que concluíram o curso de Ciências Biológicas na Instituição investigada - grau de bacharel e licenciatura - foi superior, perfazendo um total de 173 mulheres ou 76 % do total analisado.

Analisando as últimas cinco turmas concluintes do curso, separadamente, observa-se que em todas as turmas a superioridade de mulheres sobre os homens é bastante expressiva tendo chegado a 82 % no segundo semestre de 2013 (17ª turma) e 2014 (18ª turma).

Essa tendência crescente de mulheres nas ciências biológicas é corroborada pelos dados apresentados por Martines (2005) e Guedes (2008). A primeira autora, em seu estudo sobre o curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no período de 1996 a 2004, constatou que entre os/as discentes havia uma predominância do sexo feminino (68 %) em relação ao sexo masculino (32 %). Nessa mesma direção, Guedes (2008) ao avaliar os dados do Censo 2000, identifica o alto índice de mulheres formadas no curso, representando 76 % do total de formandos (as).

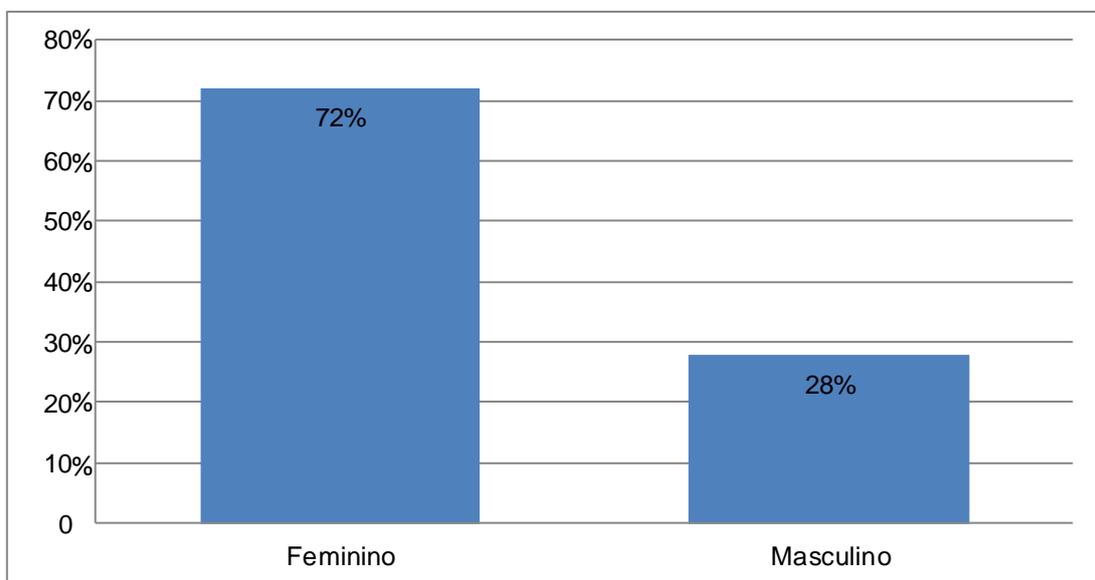
Relacionando os dados apontados pelos autores supracitados, com os levantados na instituição privada investigada. Observa-se que a tendência verificada, já na década de 1990, da intensa entrada de mulheres no curso de Ciências Biológicas no Estado não parou de crescer. Ao considerar o número de indivíduos que chegam a concluir o curso superior, na instituição privada investigada, observa-se o forte caráter feminino que o curso e consequentemente a profissão vêm assumindo ao longo dos anos.

Porém, concordamos com Guedes (2008) que apesar dos avanços no ponto de vista quantitativo, a “igualdade numérica não significa equidade de gênero”, uma vez que mascaram a forte influência das construções sociais na escolha por carreiras de menor prestígio, entre elas as licenciaturas.

Cabe ressaltar que nosso recorte, nos dá uma ideia do quanto às mulheres se fazem presente no curso. Se fossemos tomar como parâmetro o número de mulheres alunas e concluintes na instituição investigada poderíamos inferir que o curso caminha para o processo de feminização. No entanto, sabendo que o curso é ofertado por outras instituições no estado consideramos que é importante investigar os números apresentados nas mesmas.

Ao avaliar os dados disponibilizados pela SEDUC identificamos que a presença feminina no estado foi majoritária na docência em ciências biológicas, no ano de 2013. De 462 profissionais habilitados (as) em Ciências Biológicas, 332 eram mulheres. Um grande contraste em relação ao número de homens, que ao total eram 130.

Gráfico 1 - Gênero de professores de ciências em exercício da docência em escolas estaduais de Rondônia no ano de 2013.



Fonte: Sistema do Núcleo de Apoio aos Municípios - NAM (2013)

Essa forte tendência também foi identificada por Soares (2010) que ao investigar a ação docente em Ciências Naturais em uma escola municipal de Teresina-PI constatou a predominância de professoras atuando na área de ciências naturais, resultando no percentual de: 62 % do sexo feminino e 38 % do sexo masculino.

Cabe ressaltar aqui, que a análise histórica do diferencial de participação de homens e mulheres nesse âmbito do exercício da profissão não pode ser realizada haja vista a indisponibilidade de dados referentes a anos anteriores. Por essa razão, a discussão trazida aqui se pautou na relação entre o número de concluintes do curso e os dados relativos ao exercício da profissão disponíveis.

Destacamos ainda que os dados fornecidos pela SEDUC sugerem que os(as) professores(as) habilitados(as) em Ciências Biológicas em exercício no Estado atuam em ambas as etapas de Ensino. A maioria, independente de gênero, está lotada em escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio cumprindo uma carga horária de 40 horas semanais. No que diz respeito às professoras, mais de 90% estão inclusas nesse regime de trabalho.

Outro dado que confirma a influência das relações de gênero na escolha pela profissão docente, se refere ao número de inscritos (as) no último concurso público N.006/GDRH/SEAD, de 10 de janeiro

de 2013, realizado no Estado de Rondônia, o qual ofertou vagas para profissionais com diploma de curso superior de licenciatura plena em ciências biológicas ou diploma de bacharel mais curso de complementação pedagógica específica, oficialmente reconhecido. No que se refere ao número de inscritos/as para o cargo de professor/a de biologia, aproximadamente (23 %) eram do sexo masculino e (77 %) do sexo feminino (RONDÔNIA, 2013).

Esse fato demonstra que o número de mulheres está crescendo no que diz respeito à inserção na carreira. Tanto nos cursos superiores como na docência em Ciências Biológicas as mulheres tem se apresentado de forma expressiva, no entanto, é preciso compreender se esse crescimento numérico também significa crescimento qualitativo.

Mesmo após a entrada (tardia) da mulher no ensino superior, observa-se que questões culturais e concepções naturalizadas de feminilidade e masculinidade interferem e muito nas escolhas das carreiras. Mulheres ainda optam por profissões com base em estereótipos de gênero (PINTO; CARVALHO; RABHAY, 2012).

As mesmas autoras afirmam que as relações de gênero influenciam nas escolhas profissionais dos(as) jovens, direcionando ou limitando as mesmas. Para Carloto (2002, p. 201-214) as relações de gênero enquanto construções sociais “refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres” (Essa frase é dita pelo autor acima, em 15 páginas? 201-2014?).

Nesse sentido, Barbosa (2007, p. 24) afirma que “gênero é o sexo socialmente construído, diz respeito às características historicamente atribuídas ao feminino e ao masculino, indicando como devem ser as relações entre os mesmos”. Nas palavras da socióloga Heleieth Safiotti, “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18).

Nessa direção, entende-se que a escolha pelo curso de graduação pode ser uma decisão influenciada por fatores culturais, econômicos e também por estereótipos. “Mulheres e homens buscam formações diferentes” (SCHWARTZM, 2012, p. 4). Para o mesmo autor, áreas como engenharia civil, engenharia da computação, agricultura são majoritariamente masculinas.

A naturalização das relações sociais confere às mulheres qualidades feminilizadas que as desviam dos caminhos profissionais tecnológicos e científicos. Do mesmo modo, as qualidades masculinizadas instigam os homens a seguirem carreiras que condizem com tais características (PINTO, 2014, p.266).

Segundo Fagundes (2002, p. 33), grande parte dos estudos sobre a educação feminina tem evidenciado a estreita ligação entre o ser mulher e a escolha de cursos com conteúdos humanísticos, que convergem em profissões tipificadas socialmente como femininas, como ser professora das séries iniciais ou das áreas de ciências humanas e sociais.

De acordo com Queiroz (2001), na década de 1970, metade das mulheres matriculadas no ensino superior optavam por cursos de caráter humanístico como Letras, Ciências Humanas e Filosofia. De acordo com o mesmo autor o contingente de mulheres jovens que concluiu o ensino superior nessa mesma década foi enorme. Para Guedes (2008) esse fato ilustra que a ideia de universidade como espaço masculino começa a ser rompida nesse período.

Analisando os dados do censo da educação superior de 2013, nota-se que a preferência por cursos da área de humanas e sociais é frequente, estando os cursos de pedagogia, serviço social e psicologia entre os 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas feita por mulheres. Para Pinto, Carvalho e Rabay (2014, p. 238) essas carreiras “tendem a ser almeçadas pelas mulheres, ainda que sejam consideradas semiprofissões ou profissões subalternas”.

A esse respeito, Abreu (2008) aponta que o que é considerado feminino e masculino pode ser desconstruído. Aprende-se a ser homem ou mulher. Para ela, a escola exerce grande influência na escolha de cursos feminizados, pois “reproduz as diferenças sociais entre gêneros” que resultam na escolha de cursos de ciências humanas e sociais.

Pensando nas Ciências Biológicas, foco desse estudo, essa poderia ser considerada uma carreira feminina “[...] se avaliada pela participação de alunos e alunas da graduação e pós-graduação” (OSADA; COSTA, 2006, p. 289). Segundo Schwartzm (2012) áreas de formação de professores são majoritariamente femininas, estando as Ciências Biológicas incluídas nesse contexto.

De acordo com Abreu (2008), o número de mulheres que procuram ensino superior aumentou, estando muito acima da quantidade de homens, sendo esse fenômeno observado principalmente nas ciências humanas e biológicas.

Apesar do aumento do número de mulheres nas universidades. Concorde-se com Guedes (2008, p. 131) que embora se considere um novo contexto, a feminização do espaço público e o abandono masculino dessas esferas “pode apontar uma manutenção de construções sociais tradicionais que continuaram influenciando a prática cotidiana”.

Relativamente ao Prêmio Nobel, a exígua porcentagem de mulheres agraciadas com esse laurel se coaduna com os poucos índices de representação feminina nas academias científicas brasileiras, embora esses índices estejam aumentando lentamente, tanto nacional quanto internacionalmente, o que demonstra a exigência de políticas públicas em educação voltadas à equiparação entre os sexos, assim como vem sendo feito no Brasil, por exemplo, concernente à questão racial com os programas denominados Ações Afirmativas para a inclusão de mais negros, indígenas e seus descendentes no ensino superior e nas ciências (FREITAS; TEIXEIRA, 2017).

Considerações finais

O número de mulheres nas instituições de ensino superior foi expressivo na década de setenta, fato que representa uma grande conquista haja vista a universidade ter sido considerada um espaço masculino durante muito tempo. No entanto, apesar do aumento do número de mulheres no ensino superior do ponto de vista quantitativo, Guedes (2088) afirma que a expressiva presença feminina nas universidades não significa equidade de gênero.

O curso de Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura) da instituição investigada tem apresentado uma maior porcentagem de mulheres formadas nos últimos cinco anos, fato que nos permite afirmar que o processo da feminização pode estar tendo nesse curso.

No que diz respeito à docência em ciências biológicas, a análise retrospectiva dos dados evidencia o caráter feminino que a profissão tem assumido ao longo dos anos. É importante ressaltar que o número de professoras em exercício no estado e candidatas inscritas no concurso público de professor (a) classe “C” é um dado importante no sentido de gerar reflexão a respeito do tema feminização.

Cabe ressaltar que quando referimo-nos ao processo de feminização das ciências biológicas nos limitamos à docência na educação básica sem considerar a participação das mulheres nas práticas científicas nessa área de conhecimento.

Após essas constatações, finalizamos esse estudo certo de que ainda há muito a ser investigado em se tratando do processo de feminização docente em Ciências Biológicas. Logo, deixamos como sugestão para futuras pesquisas investigar os números de concluintes por gênero em outras instituições. No mais consideramos que os dados aqui apresentados apontam para um possível processo de

feminização uma vez que o número predominante de profissionais atuantes no estado é do sexo feminino.

Referências

ABREU, J. M. F. **Relações de gênero e suas influências na escolha do curso de pedagogia do campus da Universidade Federal do Maranhão.** 167 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.

BARBOSA, F. M. F. **A influência do gênero na escolha profissional.** 2007. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/A_mulher-e-o-mercado_de_trabalho/017%20%20A%20influ%EAncia%20do%20g%EAnero>. Acesso em: 25.ago. 2015.

BITTENCOURT, M. G. S. Q.; BELADELLI, E. M. N.; ORO .M.C.P. A feminização da Profissão Docente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO - CIEPG, PESQUISA E GESTÃO, 5, 2013, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: CIEPG, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília (DF), 20. dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>Acesso em: 07 abr. 2015.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v. 3, p. 201-214, 2002.

CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais.** 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf>. Acesso em: 07.abr.2015

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

CUNHA, A. T. B. Sobre a carreira docente, a feminização do magistério e a docência masculina na construção do gênero e da sexualidade infantil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012. **Anais...** Caxias do Sul: ANPED, 2012.

FAGUNDES, T. C. P. C. Gênero e Escolha Profissional. In: FERREIRA, S.L.; NASCIMENTO, E.R. **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. 268 p. (Coleção Bahianas).

FREIRE, E. C. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB**, v. 1, n. 2, p.239-256, jul-dez., 2011.

FREITAS, M. A.; TEIXEIRA, A. B. M. A irrisória representação feminina no Prêmio Nobel e nas Academias Científica Brasileiras. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 144-158, set/dez, 2017.

FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT (FUNCAB). **Total de candidatos inscritos por cargo**. 2015. Disponível em: <http://www.funcab.org/arquivos/SEDUCRO2013/total_inscritos_seducro_2013.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2015.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **Revista História, Ciências, Saúde**, Manguinhos (RJ), v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GUEDES, M. C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual In: XIV Encontro Nacional de Estudo Populacional, 14, 2004. **Anais...** Caxambu (MG): Abep, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_369.pdf> Acesso em: 25 mai. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA (INEP). **Resumo técnico:** Censo Da Educação Superior 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 08.abr.2015

_____. **Coletiva:** Censo da educação superior. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 12 abr. 2015.

LOURO, G.L.L; MEYER, D.E. **Gênero e educação.** 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8637.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015. Citar número, volume e páginas do artigo.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M.(org.). **História das mulheres no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINES, E. A. L. M. **O currículo possível na educação superior: estudo sobre o curso de Biologia em uma universidade amazônica.** 359 f. 2005. Tese (doutorado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MELNIKOFF, E. A. A; SILVA, G. M. S. Genêse da feminização do magistério no Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.unit.br/hotsites/2011/enc_formacao_professores/arquivos/artigos/GT_1_ESPACO_S_EDUCATIVOS/GENESE_FEMINIZACAO_MAGISTERIO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 7 abri..2015.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

OSADA, N.M; COSTA, M. C. da. **A construção social de gênero na Biologia: preconceitos e obstáculos na biologia molecular.** *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.27, pp. 279-299. ISSN 1809-4449.

PINTO, E.J.S.; CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. L. F. Gênero e escolhas de cursos superiores: perspectivas de estudantes do Liceu Paraibano. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17, 2012. **Anais Eletrônico...** João Pessoa: UFPB, 2012. p. 2060-2070.

_____. Gênero: um fator condicionante nas escolhas de cursos superiores. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 18, 2014. **Anais Eletrônico...** Recife: REDOR, 2014. p. 233-249.

QUEIROZ, D. M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 34, p. 175-198, 2001.

ROSA, R.V.M. Feminização do Magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil**, Edição especial, n. 4, p. 1-19, 2011.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SOARES, A. M. F. **Ação docente em ciências naturais:** discutindo a mobilização de saberes experienciais. 230 f. 2010. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SCHWARTZMAN, S. **A educação de nível superior no Censo 2010**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2012. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/2012censosup.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

VIANNA, C.P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, S.C. (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. p. 159-180.

Recebido: 20/10/2008.

Aceito: 20/6/2019.

Sobre os autores e contato:

Patrícia Guedes Nogueira- Bióloga, Mestre em Psicologia Escolar, Universidade Federal de Rondônia. Professora de Biologia da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em Porto Velho-RO.

E-mail: patricianogueira@gmail.com

Renato Abreu Lima- Biólogo, Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia, Docente do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Rua Vinte e Nove de Agosto, 786, Centro, Avenida Circular Municipal, 1805, São Pedro, CEP: 69800-000, Humaitá-AM, Brasil.

E-mail: renatoal@ufam.edu.br

Luís Alberto Lourenço de Matos - Psicólogo, Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente da Universidade Federal de Rondônia em Porto Velho-RO.

E-mail: lumatospvh@hotmail.com